



O homem branco na visão de Mário Juruna: uma análise da entrevista do cacique concedida ao *Pasquim* em 1977¹

GUIMARÃES, Thais Micaelle Ferreira, mestranda em Comunicação, UFPI, Piauí²

RÊGO, Ana Regina, doutora em Comunicação, UFPI, Piauí³

Resumo: Este artigo se propõe a analisar a entrevista do líder Xavante Mário Juruna concedida ao semanário *Pasquim*, no ano de 1977, buscando compreender, sob a ótica da hermenêutica da consciência histórica de Ricoeur (2010), as impressões do cacique sobre o homem branco acionadas pela memória a partir do conceito de tradição, que Ricoeur estratifica em tradição, tradições e tradicionalidade. Primeiro, apresentamos uma breve biografia de Mário Juruna, falando de sua relação com a mídia, em seguida trazemos informações sobre o *Pasquim*, como representante da imprensa alternativa inserido no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, e por fim analisamos a entrevista que o líder indígena concedeu ao jornal, à luz da hermenêutica da consciência histórica com base nos apontamentos de Ricoeur.

Palavras-chave: historiografia da mídia; hermenêutica da consciência histórica; imprensa alternativa.

1. Introdução

São inúmeros as pesquisas dedicadas a estudar a condição dos povos indígenas no Brasil, dentre as importantes observações, cabe destacar os apontamentos de Bicalho (2010), ao avaliar que, a partir da década de 1970 se fortaleceu a articulação dos povos indígenas na luta por reconhecimento e garantia de direitos. Uma das figuras que se projetou nesse período foi o cacique Mário Juruna, liderança do povo Xavante, primeiro indígena a ser eleito deputado federal no Brasil.

Juruna ficou conhecido a partir da década de 1970 ao enfrentar a direção da Funai (Fundação Nacional do Índio), na luta pela demarcação de terras para os povos indígenas. Ele percorria os corredores do poder em Brasília com seu gravador, para “registrar as promessas do branco”, como fazia questão de mencionar.

Com o tempo, o indígena foi despertando a atenção da mídia, que mesmo estando sob censura devido à ditadura civil-militar instaurada no país naquele momento, começou a dar

¹ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia do 5º Encontro Regional de História da Mídia – 5º Alcar Centro-Oeste.

² Jornalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. Pesquisadora do NUJOC-UFPI. E-mail: thaismicaelle@gmail.com.

³ Jornalista. Doutora em Comunicação. Coordenadora do NUJOC-UFPI. E-mail: anareginarego@gmail.com.



visibilidade às ações do cacique, embora muitas vezes as abordagens fossem carregadas de estereótipos e preconceitos.

Dentre as aparições de Juruna nos meios de comunicação da época, uma das mais emblemáticas foi a entrevista que ele concedeu ao jornal carioca *Pasquim* em 1977. O material rendeu quatro páginas e o indígena acabou estampando a capa daquela edição.

Durante toda a entrevista, a palavra mais falada por Juruna é o “branco” (homem). Na maioria de suas declarações, o líder Xavante tece críticas às pessoas brancas, o que se comprova no fato de ter registrado toda a conversa com seu famoso gravador, sob o argumento de que “branco mente muito”.

Diante disso, o presente trabalho pretende analisar a entrevista de Mário Juruna concedida ao semanário *Pasquim*, buscando compreender, sob a ótica da hermenêutica da consciência histórica de Ricoeur (2010), as impressões do cacique, enquanto ser-afetado pelo passado, sobre o homem branco, acionadas pela memória a partir do conceito de tradição, que Ricoeur estratifica em tradição, tradicionalidade e tradições.

O artigo possui a seguinte estrutura: primeiro, apresentamos uma breve biografia de Mário Juruna, falando de sua relação com a mídia, em seguida trazemos informações sobre o *Pasquim*, como representante da imprensa alternativa inserido no contexto da ditadura civil-militar no Brasil, e por fim analisamos a entrevista que o líder Xavante concedeu ao jornal, à luz da hermenêutica da consciência histórica com base nos apontamentos de Ricoeur.

2. Mário Juruna: de cacique a deputado federal

Mário Juruna, (Dzururã, em seu idioma nativo), foi um líder Xavante nascido em 1943 na reserva indígena de São Marcos, localizada na cidade de Barra dos Garças, estado do Mato Grosso. Na convivência com missionários, foi apresentado à língua portuguesa.

Graham (2011) narra que no ano de 1964 Juruna começou a viajar pelo Brasil, trabalhando na roça e como piloto de barco. Foi a partir dessas viagens que ele entendeu a real dimensão do problema enfrentado pelos indígenas no Brasil, assim iniciou o despertar de sua consciência pela necessidade da luta por justiça social para com seu povo.



A habilidade com o português foi um fator facilitador para que Juruna iniciasse sua jornada rumo à Brasília, na batalha pela demarcação de terras.

No início dos anos 1970 Mário Juruna levou a luta do seu povo à capital do Brasil, munido apenas de seu gravador, transformando os escritórios da Funai e do Ministério do Interior no novo campo de batalha dos Xavante.

Enquanto guerreiros tinham brandido clavas de guerra, arcos e flechas para defender suas terras, neste novo teatro militar Juruna encenou confrontos dramáticos com funcionários de alto nível do governo e se envolveu numa feroz guerra de palavras. Ele usou engenhosamente um gravador de fita cassete, bem como um astuto senso do poder da imprensa brasileira, para promover a sua causa. (GRAHAM, 2011, p. 276)

É importante destacar que o controle dos povos indígenas e de suas terras era uma prioridade para a ditadura civil-militar. Os militares, tendo noção do valor desses territórios (ricos em recursos naturais), buscavam exercer sobre eles o máximo de controle possível.

Com o tempo, o líder Xavante foi chamando atenção da imprensa brasileira, sobretudo a alternativa, que de certa forma se utilizava da “proteção” dos indígenas — tutelados pelo Estado por serem julgados “incapazes” — para publicar as declarações que faziam oposição ao regime militar, subvertendo assim a censura.

Apesar de ter garantido espaço à Juruna, a imprensa é alvo de críticas por parte de alguns autores, que questionam o modo como tais meios de comunicação veiculavam a imagem do líder Xavante.

Ao citar as declarações de oposição de Juruna no auge da ditadura, os editores as publicavam em português gramaticalmente correto. Eles representavam o seu discurso como “civilizado”, efetivamente mascarando as conotações potencialmente negativas de selvageria indígena que poderiam ser transmitidas pela forma linguística. (GRAHAM, 2011, p. 284)

Os editores dos jornais corrigiam os erros gramaticais proferidos Juruna, com isso, de acordo com Graham (2011), eles pretendiam centrar todas as atenções no conteúdo de suas declarações. “Esta prática [...] tornava as falas de Juruna mais compreensíveis para leitores de jornal e revista que eram, em grande medida, membros da elite”, (GRAHAM, 2011, p. 285).



Diante da projeção alcançada, Mário Juruna acabou se lançando na política. Na medida em que se aproximavam as eleições de 1982, diversos partidos lançavam seus olhares sobre o cacique, dentre elas, PMDB (atual MDB) e PDT. Juruna acabou escolhendo a segunda sigla, se alinhando fortemente com Leonel Brizola.

Tão logo se lançou na política eleitoral, Juruna começou a sofrer oposição daqueles que viam no indígena uma potencial ameaça. Esse grupo de opositores, antes considerava o cacique como um mero “inocente”, imagem que foi se desfazendo quando perceberam que os ideais defendidos pelo Xavante tinham grande fundamento e adesão.

Uma vez Juruna tendo ingressado na política formal, seus rivais políticos começaram a perceber o líder xavante como uma ameaça. Deixando de lado a prévia valorização de Juruna como um inocente infantilizado, um homem simples que podia dizer a verdade sem medo porque não reconhecia os constrangimentos sociais de se dizer a verdade, seus opositores passaram a operar com a outra imagem do mito do bom selvagem, ao retratar Juruna como um selvagem beligerante e incontrolável. (GRAHAM, 2011, p. 288)

Juruna foi eleito deputado federal pelo PDT em novembro de 1982, com 31.904 votos, e forte apoio de Brizola. Após tomar posse, o cacique comprou sua primeira grande briga no Congresso, fazendo questão de utilizar sua língua nativa, o Xavante, no expediente daquela Casa. Tal atitude gerou muita discussão, e a Câmara não fez qualquer esforço para traduzir o que era dito por ele. Essa recusa em providenciar a tradução da fala do deputado configura, nas palavras de Graham (2011) uma forma de silenciar Mário Juruna.

Com todas as dificuldades enfrentadas para manter seu mandato, por ser uma figura “destoante” na Câmara dos Deputados, Mário Juruna tentou reeleição em 1986, mas não obteve êxito.

O líder Xavante faleceu em 2002 aos 59 anos, em Brasília, em virtude de complicações decorrentes da diabetes. Sua morte foi pouco noticiada, mesmo ele tendo sido imprescindível para a imprensa no período da ditadura, com sua oposição ao Estado, garantindo uma voz de resistência nos meios de comunicação mesmo sob censura.

3. O Pasquim



Criado em junho de 1969 no Rio de Janeiro (RJ) no contexto da ditadura civil-militar, seis meses após o decreto do AI-5, o *Pasquim* surgiu de reuniões entre amigos (jornalistas, artistas e intelectuais): Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Carlos Prospero e Luiz Carlos Maciel começaram a discutir a criação do semanário e aos poucos, nomes como Ziraldo, Henfil, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Ivan Lessa e Fortuna foram se juntando à “patota”, como ficou conhecida a redação do periódico.

A primeira edição foi às bancas no dia 26 de junho de 1969 e os 20 mil exemplares rodados esgotaram rapidamente.

A redação teve sua primeira sede situada no bairro da Lapa. O *Pasquim* definiu o primeiro Conselho de Redação da seguinte forma: Tarso de Castro como editor; Sérgio Cabral como editor de texto; Carlos Prospero como editor gráfico; e Jaguar como editor de humor. Todavia, segundo Kucinski (2001), a estrutura organizacional do jornal nunca foi estável.

O grupo não se via como uma empresa, nem mesmo como uma redação convencional, mas como uma patota, um grupo de amigos que tinha prazer de fazer de suas relações pessoais e idiossincrasias matérias de jornal. A patota era uma forma específica e original de organização de pauta, não burocrática e extremamente criativa. reuniam-se em bares e relacionavam-se como indivíduos iguais, discutindo cada edição de forma espontânea. (KUCISNKI, 2001, p. 107)

Muitos colaboradores escreviam pontualmente para o *Pasquim*, dentre eles, Chico Buarque de Holanda, Caetano Veloso, Ferreira Gullar, Vinícius de Moraes, Cacá Diegues e Glauber Rocha.

Braga (1991) especifica os conteúdos mais veiculados no *Pasquim*: ilustrações (charges, tirinhas, cartuns e caricaturas), entrevistas, artigos e participações do leitor.

Uma característica que diferenciava o tabloide carioca era a escrita inovadora, marcada sobretudo pela ausência do “copidesque” (correção gramatical) na transcrição das entrevistas.



A ação renovadora do *Pasquim* sobre a linguagem jornalística se manifesta em dois níveis: diretamente na escrita dos seus colaboradores; e tematicamente, através de artigos críticos e de um trabalho humorístico de investida contra os chavões. (BRAGA, 1991, p. 129)

As entrevistas feitas pelo *Pasquim* se tornaram memoráveis. O jornal entrevistou figuras como Fidel Castro, a atriz Leila Diniz, Pelé, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, e o líder indígena Mário Juruna. O tabloide também cedeu espaço às pessoas perseguidas pela ditadura civil-militar, algumas delas chegaram a ser entrevistadas ainda na prisão.

O *Pasquim* enfrentou a censura dos governos ditatoriais dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

A repressão contra o semanário se intensificava a medida em que os militares percebiam a influência do periódico, que alcançou grande vendagem. No dia 12 de março de 1970, uma bomba foi colocada na redação do jornal. De acordo com Buzalaf (2009), o atentado se deu poucos dias após sair a o número 39 do tabloide, na qual os jornalistas denunciavam que aquela edição tinha sido alvo de censura. A bomba não explodiu por problemas técnicos.

Outro episódio marcante na história do jornal foi a prisão de grande parte dos membros da redação no dia 01 de novembro de 1970: Zivaldo, Paulo Francis, Luiz Carlos Maciel, Paulo Garcez (fotógrafo) e Haroldinho (auxiliar da equipe). Três dias depois foram presos Sérgio Cabral, Fortuna e Jaguar. Eles ficaram presos por quase dois meses e foram soltos no dia 31 de dezembro.

O *Pasquim* começou a perder a força em 1980 por problemas financeiros e ainda resistiu por seis anos após o fim da ditadura, em 1985. Sua última edição, a de número 1.072, foi publicada no dia 11 de novembro de 1991.



Em 2002, mais de 10 anos após o encerramento das atividades, Ziraldo e mais alguns colaboradores lançaram uma nova versão do *Pasquim*, intitulada *O Pasquim21*, que durou até 2004.

4. Entrevista de Mário Juruna ao *Pasquim* e sua visão sobre o homem branco

Mário Juruna concedeu entrevista em Brasília ao repórter Edilson Martins, do *Pasquim*. O material foi publicado em fevereiro de 1977, na edição de nº 397 do periódico, que estampou o cacique na página, dando destaque para o caráter exclusivo da entrevista e brincando com o fato de o líder Xavante não ter dispensado o uso do próprio gravador durante o encontro com o jornalista.

Na entrevista de quatro páginas, com introdução de Ziraldo, Juruna responde a maioria das perguntas e ignora algumas. Fala sobre as origens, família, e principalmente da luta pelos direitos dos povos indígenas, no entanto, o que mais salta aos olhos de quem lê o material é a narrativa do líder Xavante sobre o “branco”.



Capa do Pasquim Nº 397, 04 a 10 de fev/1977

Fonte: Acervo NUJOC – UFPI

De acordo com Lage (2018), Ricoeur caracteriza a narrativa como uma operação de síntese do caráter temporal da experiência. Trata-se, segundo o autor, de “uma dinâmica

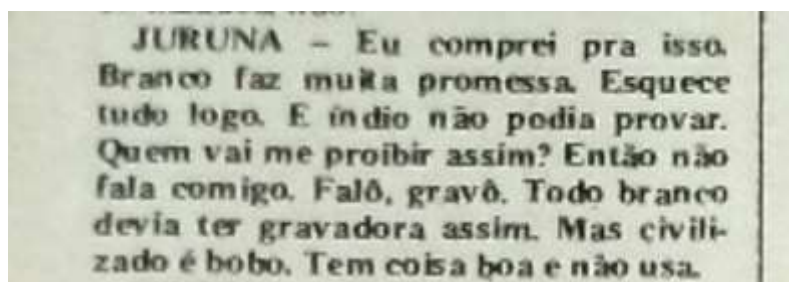


organizadora da experiência humana, tornando-a compreensível e partilhável. Sob essa perspectiva, a narrativa assume o lugar de instância linguageira mediadora da experiência”, (LAGE, 2018, p. 12).

É interessante observar que na capa o *Pasquim* faz menção ao famoso e inseparável gravador utilizado por Juruna em todos os momentos, seja em entrevistas, seja em reuniões com autoridades em Brasília. Esse elemento já havia se tornado uma “marca registrada” do líder indígena, “o brasileiro com a razão”, segundo as palavras em destaque na capa do semanário.

Isto posto, cabe interpretar as memórias acionadas nas declarações de Juruna e como, nessa narrativa, se manifesta a tradição trabalhada por Ricoeur (2010), que divide o conceito em tradição, tradicionalidade e tradições.

- 1) a tradicionalidade designa um estilo formal de encadeamento que garante a continuidade da recepção do passado; nesse sentido, designa a reciprocidade entre a eficiência da história e nosso ser-afetado-pelo-passado;
- 2) as tradições consistem nos conteúdos transmitidos na qualidade de portadores de sentido; situam todas as heranças recebidas na ordem do simbólico e, virtualmente, numa dimensão linguageira e textual; nesse sentido, as tradições são proposições de sentido;
- 3) a tradição, enquanto instância de legitimidade, designa a pretensão à verdade (o ter-por-verdadeiro) oferecida à argumentação no espaço público da discussão. (RICOEUR, 2010, p. 387)



Pasquim Nº 397, 04 a 10 de fev/1977, p. 07

Fonte: Acervo NUJOC - UFPI

Nessa parte em destaque, o cacique explica as razões de ter adquirido um gravador, segundo ele, para registrar as promessas do homem branco. Tal manifestação é reflexo de suas próprias experiências, na luta que iniciou em busca da garantia de direitos básicos dos povos indígenas, onde percorreu corredores de Brasília e, após se frustrar com o não



cumprimento de acordos por parte das autoridades, tomou a atitude de se resguardar com as gravações.

Assim, podemos colocar que essa declaração de Juruna funciona como uma mediação de sua própria experiência como indígena, e ser-afetado pelo passado, que sentiu as agruras da perseguição e do extermínio de seu povo pelo homem civilizado.

O que Juruna transmite em seu testemunho, em suas palavras sobre o homem branco é fruto desse ser-afetado pelo passado, como aponta Ricoeur (2012), ao afirmar que uma testemunha, antes de se expressar, vivenciou experiências pelas quais foi marcada, afetada.

o testemunho contém em sua raiz um enigma comparável. Antes de se expressar, a testemunha viu, ouviu, experimentou (ou acreditou ver, ouvir, experimentar, pouco importa). Em suma, ele foi afetado, talvez marcado, abalado, ferido, em todo caso, atingido, pelo acontecimento. (RICOEUR, 2012, p. 337)

Já a partir desses primeiros trechos destacados da entrevista podemos constatar que o *Pasquim*, diferente da maioria dos veículos de comunicação da época, fez questão de reproduzir na íntegra as declarações do líder indígena, o que de certa forma foi uma ação natural, considerando que o jornal não utilizava a técnica do “copidesque” em suas entrevistas.

JURUNA - Então não é? Sem saber como branco é, branco pisa em cima de indio. Mas indio sabe como é branco. O contato é antigo. A gente sabe disso. Agora o que aprendemos? Indio tá acabando. Desde chegada de branco.

Pasquim Nº 397, 04 a 10 de fev/1977, p. 05

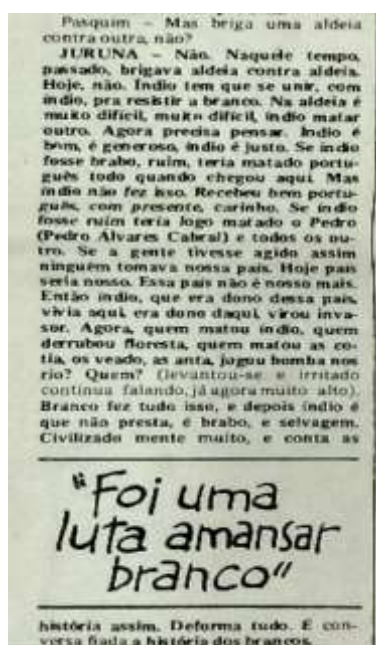
Fonte: Acervo NUJOC - UFPI

No decorrer da entrevista é possível observar que as declarações do líder Xavante não se limitam a experiências pessoais, mas remetem a tempos anteriores, como a chegada do europeu às terras brasileiras.



Aqui, Juruna reforça que os indígenas sabem como age o homem branco, pois, nas palavras dele, “o contato é antigo”. Em sua declaração, ele afirma que os indígenas estão sendo exterminados desde a chegada do “branco”, dando vazão mais uma vez ao seu ser-afetado pelo passado.

Podemos perceber que o líder Xavante refigura o passado por meio de sua narrativa sobre o homem branco, como explana Ricoeur (2012).



Pasquim Nº 397, 04 a 10 de fev/1977, p. 06

Fonte: Acervo NUJOC - UFPI

Nessa outra parte da entrevista, Juruna também evoca memórias que lhe foram repassadas sobre a chegada do homem branco ao território que pertencia aos indígenas.

A partir disso, podemos analisar como tradição, tradicionalidade e tradições se manifestam nas declarações do líder indígena sobre o homem branco.

Rêgo, Barbosa e Gonçalves (2020) sintetizam os conceitos de tradição, tradicionalidade e tradições apontados por Ricoeur: tradição como autoridade do passado; tradicionalidade como uma transmissão intergeracional; e tradições como domínio de um código comum. É o chamado “arco hermenêutico”.



Tradição, tradicionalidade e tradições, na acepção proposta por Ricoeur, formam o arco hermenêutico de uma construção textual que ganha significado ao ser lida pelo leitor do presente, construindo interpretações a partir de imagens lembranças de um passado não adormecido. (RÊGO, BARBOSA e GONÇALVES, 2020, p. 12)

A tradição se revela na entrevista de Juruna quando ele apresenta uma narrativa comum a todos os indígenas sobre o homem branco civilizado, que expulsou o indígena de suas terras, que explorou e explora, e que engana. A tradicionalidade se traduz nessa transmissão da ideia de homem branco.

No que diz respeito às tradições enquanto domínio de um código único, destacamos o termo “branco” utilizado pelo cacique, que abrange homens e mulheres civilizados (as), ou seja, o outro. Esse código é suficiente para o líder Xavante apresentar uma extensa narrativa a respeito das pessoas não indígenas.

Assim, constatamos através desse arco hermenêutico que Mário Juruna, na entrevista concedida ao *Pasquim*, não expõe uma mera opinião pessoal sobre o homem branco, e sim a visão de todo um povo, construída através desse ser-afetado pelo passado e por memórias individuais e coletivas, no caso, a memória indígena.

5. Considerações finais

A partir da análise da entrevista concedida por Mário Juruna ao *Pasquim*, podemos concluir que a narrativa do líder indígena é marcada por uma tradição, quando ele evoca memórias (individuais e coletivas) para emitir sua opinião, sobretudo a respeito do homem branco.

Tal narrativa é refigurada, forjada por um passado onde indígenas foram colonizados e exterminados pelo homem branco.

Também é importante frisar a abordagem feita pelo *Pasquim* nessa entrevista: na contramão da maioria dos jornais, o semanário carioca manteve a prática de reproduzir as declarações de seus entrevistados na íntegra, sem correção gramatical, com isso, o tabloide



não maquiou o material, a fim de manipular a visão do leitor ou visando quaisquer outros objetivos.

As impressões de Juruna sobre o “branco” é o principal elemento de sua narrativa. Na entrevista ele cita e critica o homem branco mais de 15 vezes. “Branco mente muito” e “Branco pisa em cima de índio”, “Índio está acabando desde a chegada de branco”, são afirmações que podem resumir o pensamento do indígena sobre o homem civilizado.

Em síntese, o cacique denuncia, por meio de suas declarações enquanto ser-afetado pelo passado, todo o sofrimento que o “branco” causou ao seu povo, não somente aos Xavantes, mas a todos os indígenas desde a chegada dos portugueses ao Brasil.

Tais impressões de Mário Juruna são construídas tendo como base a tradição que se perpetua através da memória do povo indígena, uma vez que, de acordo com Leal e Sacramento (2019), a tradição segundo Ricoeur não entende o passado como um tempo ido, finalizado, antes, esse passado funciona como referência na construção do processo narrativo de determinados grupos ou coletividades de um presente.

6. Referências bibliográficas

BICALHO, P. S. S. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. 2010. 468 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRAGA, J. L. **O Pasquim e os anos 70: Mais pra Epa que pra Oba**. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

BUZALAF, M. N. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não silenciadas de uma geração**. Assis, 2009. 220 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

GRAHAM, Laura R. Citando Mario Juruna: imaginário linguístico e a transformação da voz indígena na imprensa brasileira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 271-312, 2011.



GUIMARÃES, T. M. F. **O machismo do Pasquim através da nudez e objetificação da mulher na década de 70.** 68 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários.** 2ª edição, revista e ampliada, 2001, São Paulo, Edusp.

LAGE, L. R. Contribuições da hermenêutica de Paul Ricoeur para uma teoria da narratividade jornalística. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 15, p. 09-19, 2018.

LEAL, B. S.; SACRAMENTO, I. **A tradição como problema nos estudos de comunicação:** reflexões a partir de Williams e Ricoeur. **GALÁXIA (SÃO PAULO. ONLINE)**, v. Especial 1, p. 22-33, 2019.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. C.; GONÇALVES, M. Narrativas midiáticas sobre 'campos de concentração' para crianças nos EUA: uma semântica da catástrofe. In: Jussara Maia; Rachel Bertol; Flávio Valle; Nuno Manna. (Org.). **Catástrofes e crises do tempo.** Historicidade dos processos comunicacionais. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, v. 1, p. 83-104.

RICOEUR, P. A marca do passado, Tradução de Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. **História da Historiografia**, n. 10, p. 329-350, 2012.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa:** o tempo narrado. Tomo III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.